ISSN: 2358-8829

IAG NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO REFERENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO E O USO RESPONSÁVEIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Gleiciene Moreira de Souza[1]
Iure Dourado Coelho[2]
Jéssica de Souza Santos[3]
Elaine dos Santos Bonfim[4]
Stéfanny Nogueira da Silva[5]
Jodielson da Silva Pereira[6]

INTRODUÇÃO

O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) tem se expandido cada vez mais na sociedade. Junto a esse crescimento surgem benefícios e malefícios, realidade que pressupõe o desenvolvimento de análises críticas e problematizadoras sobre os limites, as possibilidades e possíveis potencialidades de utilização dessa tecnologia. Diante disso, no âmbito da educação, as IAGs também têm ocupado um espaço significativo, trazendo para o centro das discussões a forma como esses processos vêm sendo utilizados ao longo das atividades educacionais e de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre os impactos, benefícios e desafios ocasionados em meio a esse grande crescimento e as formas com que esse instrumento tem sido utilizado no contexto educacional atual.

É certo que essa tecnologia pode resultar em informações ilegítimas, necessitando que o sujeito que opera os comandos de busca tenha responsabilidade crítica e social para analisar as informações adquiridas e garantir que elas sejam verdadeiras e coerentes. Assim, tendo em vista esses desdobramentos, no Ensino

[1]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, gleicienesouzacnn@gmail.com;
[2]Mestrando em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia - BA, iuredouradoidc@gmail.com;
[3]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, jessicadesouzasantos07@gmail.com;
[4]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, bonfimlaine65@gmail.com;
[5]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, profstefanny@gmail.com;
[6]Doutor pelo pelo Programa de Pós-Graduação de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - BA, jodielsonpereira@uneb.br.

Superior o uso incoerente das IAGs pode comprometer a produção de novos conhecimentos científicos, assim como a legitimidade das pesquisas e estudos desenvolvidos nesse espaço. Por isso, se torna "[...] crucial abordar os desafios éticos e metodológicos para assegurar que a IA contribua de maneira positiva e sustentável para o avanço do conhecimento científico" (Brasil, 2025, p. 02), tendo em vista que esses processos não dispensam a pesquisa criteriosa nem substituem a capacidade humana de análise e reflexão crítica.

Diante desse contexto social e sobretudo educacional, o Ministério da Educação elaborou um referencial orientador para promover o uso responsável da Inteligência Artificial (IA) na educação. O Referencial para Desenvolvimento e uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação (Brasil, 2026), estabelece limites e possibilidades de uso das IAGs e orienta o uso crítico da ferramenta no âmbito educacional tanto por professores quanto por estudantes. Cordova e Vicari (2026) ressaltam a necessidade do senso de responsabilidade com a utilização desse meio tecnológico, a fim de garantir a ética, a originalidade e o compromisso com a educação.

Nesse viés, a inquietação que direciona esta pesquisa emerge da seguinte indagação: como o Referencial para o uso responsável de IA orienta práticas éticas e comprometidas com os processos de construção das pesquisas em educação? Além disso, o presente estudo tem como objetivo analisar os limites, orientações e possibilidades estabelecidas para o seu uso ético e responsável de IAG na pesquisa em educação no Ensino Superior através do Referencial para Desenvolvimento e uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação (Brasil, 2026).

METODOLOGIA

A construção deste estudo deu-se a partir de uma Pesquisa Documental, com fontes primárias (Gil, 2008), cujos dados foram obtidos mediante a análise dos apontamentos, dos impactos, da relevância e de possíveis lacunas do Referencial para Desenvolvimento e uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação, publicado em 2026, pela Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais (SEGAPE), do Ministério da Educação (MEC). O documento foi analisado à luz do referencial teórico e da problematização de sua efetivação no âmbito das pesquisas educacionais, em um contexto de crescente presença das IAGs na

produção científica e de dilemas éticos que se impõem aos usos e sentidos atribuídos a esses recursos.

A análise foi realizada seguindo os apontamentos da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Desse modo, o processo analítico foi desenvolvido em três etapas: pré-análise (leitura preliminar); análise (leitura aprofundada e construção de categorias e unidades de registro); e, construção de inferências, a partir do material analisado e dos possíveis diálogos com a literatura científica recente acerca do tema.

Os apontamentos da pesquisa são problematizados neste estudo a partir de uma Abordagem Qualitativa, preocupada com os significados e as implicações do Referencial (Minayo; Costa, 2018). Desse modo, a discussão tecida neste artigo pautou-se nos impactos práticos do documento analisado frente ao advento das IAGs, apontando desafios e possibilidades que permeiam o trabalho científico.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: TRANSFORMAÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES

A interação entre educação e tecnologia perpassa as transformações sociais e as distintas maneiras de construir e compartilhar saberes. Com a evolução das tecnologias digitais, houve um avanço nas formas de comunicação, interação e de acesso à informação, o que tem alterado as práticas pedagógicas e as dinâmicas educacionais e de produção do conhecimento. Nesse contexto, compreender o papel das tecnologias educacionais requer avaliar não só as ferramentas empregadas, mas também as consequências que elas acarretam nos processos de ensino e aprendizagem de cada sujeito.

Nessa perspectiva, Kenski (2012), analisa a relação entre o desenvolvimento tecnológico e as mudanças nas práticas sociais e educacionais. A autora ajuda a revelar que as tecnologias ultrapassam a dimensão de simples aparelhos ou instrumentos e abrangem também as formas de comunicação, organização do conhecimento e as práticas pedagógicas. Portanto, sua incorporação ao ambiente educacional deve ser vinculada aos objetivos de aprendizagem e às necessidades dos sujeitos que participam do processo educativo.

Em diálogo com essa discussão, Pierre Lévy (2010), destaca as mudanças culturais provocadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela formação do

ciberespaço. O autor salienta as novas possibilidades de interação e de compartilhamento de informações, o que contribui para a interpretação de modos contemporâneos de construção do conhecimento. Nesse contexto, a inteligência coletiva torna-se demonstrativa da relevância da colaboração entre os sujeitos, cujos saberes e experiências podem ser agregados na produção de conhecimento.

As contribuições de Kenski (2012) e Lévy (2010) permitem compreender que as tecnologias digitais podem diversificar as práticas pedagógicas, ampliar o acesso à informação e favorecer a aprendizagem colaborativa. No entanto, a disponibilidade desses recursos não garante, por si só, mudanças significativas na educação. É preciso que sua utilização esteja acompanhada de planejamento, intencionalidade pedagógica e reflexão crítica. Diante das transformações tecnológicas, incluindo o desenvolvimento da IAG, torna-se importante compreender as tecnologias como recursos que ampliam possibilidades educativas, sem desconsiderar o papel dos sujeitos na construção do conhecimento.

As IAGs trouxeram transformações significativas para o contexto educacional, tanto na forma cotidiana das relações educacionais como de maneira mais ampla na perspectiva de produção do conhecimento científico. Santo, Sales e Ottoni (2025, p. 28) apontam que, no Ensino Superior, as IAGs possuem potencial ampliado, podendo ser utilizadas como "[...] recurso didático-pedagógico para pesquisa, sistematização de dados, levantamento de conceitos [...]", contribuindo para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acadêmicas. Ademais, ao reconhecer que esta tecnologia apresenta possibilidades é importante refletir criticamente sobre as questões éticas e pedagógicas que estão envolvidas ao longo desses processos.

Seu crescimento acelerado, por vezes desordenado e desprovido de reflexões críticas e problematizadoras acerca de sua utilização, tem ocasionado desdobramentos que podem se distanciar dos princípios éticos e do compromisso social que orientam a educação e a produção científica em benefício da sociedade. Essas nuances podem ser observadas, sobretudo, no contexto do Ensino Superior, uma vez que a produção de pesquisas científicas voltadas à compreensão e à problematização das questões sociais constitui uma prática recorrente, além de representar uma das principais formas de contribuição e retorno da universidade à sociedade.

Nesse cenário, a utilização incoerente das IAGs na elaboração de estudos e pesquisas representa um aspecto que exige reflexão crítica, sobretudo quando os

ISSN: 2358-8829

resultados produzidos se distanciam do compromisso social que orienta a produção científica. Essa utilização pode resultar em informações que não condizem com a realidade investigada, comprometendo a relevância dos dados e conhecimentos produzidos para a compreensão das questões sociais e para o desenvolvimento social e político pretendido pela pesquisa acadêmica.

De acordo com Santaella (2025, p. 07) "A IA, por seu lado, não está programada para dizer a verdade ou a mentira, e sim gerar conteúdos coerentes para os humanos a partir da base de dados usada no seu treinamento. Portanto, a IA não é responsável pelo que apresenta", sendo essa uma responsabilidade do pesquisador. Além disso, esses processos devem ser compreendidos como potencializadores da aprendizagem, e não como os únicos responsáveis pelas pesquisas e saberes. Assim, é imprescindível que estudantes, pesquisadores e docentes reconheçam a importância da responsabilidade ética para fundamentar o trabalho pedagógico e científico em educação que se adota a IAG.

Nessa proposta, Santo, Sales e Ottoni (2025, p. 36-37) apontam que a implementação de tecnologias como as IAGs na educação "[...] requer cuidadosa análise crítica, valorizando-se o contexto cultural, econômico e social e, sobretudo, estabelecendo-se um processo dialógico de reflexão crítica, alinhado com a promoção da formação emancipatória e cidadã como prática da liberdade [...]". Embora possam contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, as IAGs não substituem a capacidade humana de realizar análises contextualizadas e coerentes com as diferentes realidades sociais. Desse modo, essas tecnologias devem ser compreendidas como ferramentas de apoio à produção científica, cuja utilização exige revisão criteriosa das informações geradas, a fim de garantir consistência e significado diante da realidade investigada.

A incorporação das IAGs no contexto do Ensino Superior sem o devido rigor crítico pode ocasionar aos processos educacionais e de aprendizagem aquilo que Freire (1987) chamou de educação bancária. O posicionamento passivo e irrefletido frente a IAG gera situações de depósito de informações que impactam diretamente na autonomia intelectual de questionar, interpretar e confrontar determinada realidade, formando sujeitos apáticos e alienados quanto às questões sociais que atravessam a existência humana. Nesse contexto, a educação distancia-se de sua perspectiva de formação emancipatória e libertadora, uma vez que os conhecimentos se aproximam de uma

ISSN: 2358-8829

perspectiva de reprodução mecânica de informações, indo na contramão do que Freire (1996) propõe para a educação enquanto instrumento de reflexão e transformação social.

Diante desse contexto que atravessa o cotidiano e as relações desenvolvidas, passamos a reconhecer que não é possível simplesmente ignorar as IAGs e seguir como em tempos atrás, quando ainda não existia. Em contrapartida, também não é possível estar omisso para as nuances causadas por esse instrumento no contexto educacional e na vida humana como um todo. Nessa direção, Santaella (2025, p. 06) destaca que ignorar essa questão social "[...] significa alienar-se de um problema que exige atenção e encaminhamentos. A questão mandatória que agora se coloca é ética, o que implica, antes de tudo, informar-se, conhecer, experimentar e avaliar para melhor agir".

Em razão disso, é inegável que tal ferramenta quando utilizada de forma crítica é capaz de colaborar com a construção do conhecimento (Santo; Sales; Ottoni, 2025). Outrossim, também é evidente que o uso dessas tecnologias, quando se distancia da responsabilidade ética e da perspectiva de educação problematizadora defendida por Freire (1996), ou quando ocorre de maneira equivocada, sem supervisão e sem uma postura crítica capaz de questionar os resultados apresentados, tende a favorecer processos de alienação social. Diante disso, no que refere à Educação Superior cabe a estudantes, professores e pesquisadores estarem vigilantes às informações concedidas imediatamente pelas IAGs e que consequentemente podem passar a ser utilizadas como instrumento de estudo.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO USO ÉTICO E RESPONSÁVEL

As IAGs constituem uma realidade do nosso tempo e, nesse sentido, têm provocado transformações significativas nas formas de acessar, produzir e compartilhar informações. No contexto da Educação Superior, observa-se uma crescente utilização dessas tecnologias, cuja presença nesse cenário precisa ser compreendida a partir de seu potencial como instrumento unicamente de apoio à produção do conhecimento. O Referencial para Desenvolvimento e uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação (Brasil, 2026), analisado ao decorrer desta pesquisa, aponta que essa tecnologia ao ser introduzida no ambiente educacional enquanto instrumento de apoio,

ISSN: 2358-8829

não substitui o rigor metodológico exigido para os estudos acadêmicos, tampouco suprime a responsabilidade intelectual dos pesquisadores.

Essa compreensão vai ao encontro do que Santaella (2025) discute sobre não ser responsabilidade da IA garantir a confiabilidade das informações geradas, pois a mesma não é programada para tal acerto. Em vista disso, cabe ao pesquisador investigar a veracidade dos dados de maneira ética e transparente compreendendo que, ao utilizar as IAGs como ferramenta de suporte ao desenvolvimento de ações educacionais, pretende-se colaborar com a ampliação da compreensão do objeto de estudo em questão e não para substituir a autonomia intelectual do sujeito.

Ao estabelecer limites e possibilidades o Referencial suscita a responsabilidade ética, transparência e consciência para o uso desses instrumentos no âmbito educacional, considerando os desafios e riscos do avanço dessa tecnologia. De acordo com o documento, o uso da IA na Educação Superior deve observar

> [...] os princípios de equidade, transparência, explicabilidade e inclusão, contribuindo para o fortalecimento da qualidade do ensino, da integridade da produção científica, da relevância social da extensão universitária e do aprimoramento da gestão acadêmica, sem prejuízo da autonomia universitária e dos valores fundamentais da educação pública (Brasil, 2026, p. 160).

Diante disso, no intuito de garantir a integridade e a transparência com fim a responsabilidade ética, o documento orienta a necessidade de declarar o emprego de IAGs no desenvolvimento da pesquisa buscando garantir "[...] a observância das normas éticas da pesquisa e o respeito aos padrões acadêmicos de citação, validação e autoria" (Brasil, 2026, p. 161). Essa questão coloca em evidência a importância dos manuais éticos para a utilização responsável da IAG, a fim de orientar para o uso responsável e ético dessas tecnologias digitais.

Além disso, o Referencial para uso Responsáveis da Inteligência Artificial na Educação destaca que a ausência de normatização do uso da IAG compromete a coerência educacional e fragiliza a integridade dos processos desenvolvidos no âmbito acadêmico. Em conformidade a essa discussão, Santaella (2024) aponta ser imprescindível o desenvolvimento de orientações por meio de manuais éticos para assegurar a integridade da pesquisa científica e mesmo o comprometimento responsável e crítico do ato político e social de pesquisar e produzir conhecimento.

ISSN: 2358-8829

Ainda nesse viés, o Referencial alerta que, “Na ausência de diretrizes institucionais explícitas, amplia-se o risco de perda de controle sobre o conhecimento produzido, comprometendo tanto a autonomia universitária quanto a integridade da informação científica” (Brasil, 2026, p. 177). Ainda nessa perspectiva, o Referencial alerta que é fundamental que estudantes da graduação e pós-graduação desenvolvam competências relacionadas à IA, para que possam compreender seus fundamentos, utilizando-a como apoio à aprendizagem, avaliando criticamente os resultados produzidos.

Destaca-se, ainda, como um desafio que merece atenção, a utilização da IAG como ferramenta de apoio à pesquisa, especialmente no que se refere à proteção e ao tratamento de dados pessoais. O Referencial alerta que o uso de IA “[...] na análise de dados intensifica as preocupações relativas à privacidade e à segurança da informação, sobretudo quando envolve dados pessoais ou sensíveis, os quais demandam salvaguardas éticas e técnicas adicionais” (Brasil, 2026, p. 176). Diante disso, garantir a confidencialidade dos dados se torna imprescindível, a fim de preservar a identidade e a integridade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Além disso, outro ponto de atenção está em como as IAGs podem manipular as informações a partir das relação aos vieses algorítmicos, os quais podem apresentar interpretações injustas ou discriminatórias a determinados contextos sociais ou mesmo grupos que em processos históricos de construção social foram estigmatizados. Santaella (2025, p. 08) alerta para essa perspectiva destacando que a IA pode atender a interesses ocultos das mais diferentes abordagens. Em virtude disso, a autora destaca que é necessário “[...] levar em consideração a tendenciosidade de dados alimentados predominantemente por um público masculino, de pele clara e sem a devida representatividade e diversidade, seja socioeconômica, racial, étnica, regional ou de gênero”.

Outrossim, um dos maiores desafios e impactos educacionais e na produção de pesquisas científicas está na ocorrência de plágio e no comprometimento da originalidade dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas. “Textos gerados por sistemas de inteligência artificial não constituem produção intelectual do pesquisador; sua utilização sem a devida atribuição [...] caracteriza prática incompatível com os princípios da integridade acadêmica” (Brasil, 2026, p. 176). Nessa perspectiva, Vicari e Córdova (2026, p.19) abordam sobre o plágio algoritmo com relação a utilização da IA na

ISSN: 2358-8829

geração de conteúdos, destacando que "[...] o plágio algoritmo ocorre quando uma IA reproduz ou gera conteúdos que são intrinsecamente derivados de obras humanas preexistentes [...]". O risco de plágio constitui, portanto, um desafio central na adoção das IAGs como parte do processo de escrita acadêmica.

Nesse sentido, a utilização dessas ferramentas exige que o pesquisador desenvolva uma postura permanente de verificação e de problematização das informações apresentadas, levando em conta que a coerência textual não representa, necessariamente, sua veracidade científica. Esse cuidado envolve a conferência das referências bibliográficas indicadas, a consulta às fontes originais e confronto das informações geradas com produções da área. Assim, o uso da IAG não deve representar um caminho para simplificar ou dispensar etapas de investigação, mas sim uma possibilidade de apoio.

Além disso, essa discussão permite retornar o Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsável de Inteligência Artificial (Brasil, 2026), principalmente quando o documento enfatiza a necessidade de supervisão humana e de avaliação crítica. Nesse sentido, compreende-se que a responsabilidade pela pesquisa não pode ser transferida à tecnologia, visto que cabe ao pesquisador avaliar a pertinência das informações, reconhecer suas limitações e responder pelo conhecimento que apresenta à comunidade científica.

Enquanto uma das potencialidades da IAG no processo educacional o Referencial destaca a perspectiva da tecnologia assistiva. Essa compreensão colabora para criação de condições que visam garantir a efetiva participação dos sujeitos com necessidades educacionais específicas no contexto educacional. Esses instrumentos podem ser utilizados como recurso para adaptação de matérias e possibilitar caminhos para a concretização de um atendimento educacional que considere as particularidades dos sujeitos, oferecendo apoio à aprendizagem e ao seu desenvolvimento integral.

Em suma, o Referencial para Desenvolvimento e uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação (Brasil, 2026), articulado com a compreensão dos teóricos estudiosos desse fenômeno social, foi evidenciado que o uso de IAGs no contexto educacional pode apresentar tanto resultados positivos quanto negativos. Nesse sentido, é importante considerar que essa tecnologia é um recurso de apoio às atividades educacionais a serem desenvolvidas e exigem posicionamentos de autonomia intelectual para garantir que os dados obtidos não tenham passado por processos de manipulação.

ISSN: 2358-8829

Assim, por se tratar de contextos educacionais, esses processos precisam ser utilizados de forma crítica e problematizadora em um diálogo constante com o que Freire (1996) defende da educação enquanto prática da liberdade. Ainda nesse contexto e articulado a proposta de hooks (2020) é importante que a educação seja transgressora e emancipatória. Realizar um posicionamento contrário a essa perspectiva pode levar à manutenção de estruturas conservadoras, à limitação de processos de transformação social, ao enfraquecimento da autonomia intelectual e da capacidade de refletir de forma crítica a partir da realidade que se está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar os limites, as orientações e as possibilidades estabelecidas para o seu uso ético e responsável de IAG na pesquisa em educação no Ensino Superior através do Referencial para Desenvolvimento e uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação (Brasil, 2026). A análise realizada permitiu identificar avanços significativos das IAGs no contexto educacional, evidenciando seu potencial enquanto ferramenta de apoio aos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, o documento analisado estabelece diretrizes que contribuem para a prática do uso responsável, transparente e ético dessas tecnologias.

Nesse sentido, observou-se que o uso das IAGs requer uma postura crítica e reflexiva por parte dos pesquisadores, no âmbito educacional, em especial, no Ensino Superior na qual essa pesquisa está situada. Ao abordar as oportunidades e desafios de uso da IAG na Educação, reconhece que esses avanços contribuíram de maneira significativa como ferramenta de apoio e potencializadora dos processos pedagógicos, como a organização de planos de aula, elaboração de materiais didáticos e o suporte inicial à aprendizagem, bem como reconhece como um recurso complementar à prática docente.

Por outro viés, apresentou também desafios relacionados à integridade acadêmica, à autoria e à autenticidade das produções estudantis, além disso apresenta desafios e riscos relacionados ao uso excessivo ou acrítico da IA. Esse desafio compromete a produção científica e acadêmica, ocasionando a não transparência e ausência de compromisso com a educação, podendo gerar processos de desinformação e enfraquecimento educacional.

Diante dessas questões, compreende-se que o desafio não consiste em rejeitar os avanços tecnológicos, mas sim de reconhecer suas possibilidades e limitações, levando em consideração que a utilização esteja acompanhada de responsabilidade ética, autonomia intelectual e compromisso social. Assim, as IAGs devem ser compreendidas como ferramentas de apoio à construção do conhecimento, sem substituir a capacidade humana de interpretar, questionar e problematizar a realidade.

Palavras-chave: Inteligência artificial generativa (IAG), Pesquisa em educação, Ética e responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para o Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação**. 1. ed. Brasília: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/referencial-de-ia-na-educacao. Acesso em: 16 de out. 2026.

BRASIL. André Brasil. **A inteligência artificial na pesquisa e no fomento:** desafios e oportunidades. Brasília: CAPES, Divisão de Estudos e Pesquisas sobre a Avaliação, Diretoria de Avaliação, 2025. Texto para discussão. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23042025_Relatorio_2575649_A_inteligencia_artificial_na_pesquisa_e_no_fomento.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

CORDOVA, Paulo Roberto; VICARI, Rosa Maria. **Quem escreve o conhecimento?:** um guia para o uso ético, responsável e transparente da inteligência artificial generativa na educação e na pesquisa. 1. ed. Joinville, SC: Ed. dos Autores, 2026. E-book.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinar a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2. ed. 6. tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: https://ria.ua.pt/handle/10773/26788?mode=full. Acesso em: 16 out. 2026.

SANTAELLA, Lucia. A ética como guia para o uso da inteligência artificial generativa. **Educação & Sociedade**, v. 46, p. e296469, 2025.

SANTAELLA, Lucia. Por que é imprescindível um manual ético para a Inteligência Artificial Generativa? **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 28, 2023, p. 7–24.

SANTO, Eniel do Espírito; SALES, Mary Valda Souza; OTTONI, André Luiz Carvalho. Inteligência artificial generativa na educação superior: aportes para uma prática pedagógica crítico-reflexiva. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 11, n. 1, p. 22-40, 2025.